



A linguagem oral infantil sob diferentes paradigmas de avaliação: o álbum articulatório e a conversa espontânea

Children oral language under different evaluation paradigms: the articulatory album and the spontaneous conversation

Morgana C. de Albuquerque BOUDOUX¹ | Luciana Cidrim CALADO² | Germana Maria Gomes CARVALHEIRA³ | Wagner Teobaldo Lopes de ANDRADE⁴

Resumo: Na clínica fonoaudiológica, o processo de avaliação é indispensável para o desenvolvimento da terapêutica a ser adotada. Considerando as duas formas mais frequentemente utilizadas para a avaliação da linguagem: a avaliação objetiva (nomeação de figuras, com uso do álbum articulatório) e avaliação subjetiva (através da situação de fala espontânea), esta pesquisa teve como objetivo investigar comparativamente a efetividade destas, na avaliação de linguagem oral em crianças. Para isto, foram realizados os dois tipos de avaliação em 20 crianças, com idades entre 4,1 e 7 anos de idade, de ambos os sexos. Através da avaliação objetiva, foi detectada a ocorrência de 88 processos alterados, entre omissões e substituições sistemáticas ou assistemáticas, enquanto que através da avaliação subjetiva foi verificada a ocorrência de 45 processos alterados, dentre os mesmos tipos de alteração. Foi identificada, por meio do teste não-paramétrico de Mann Whitney; houve diferença significativa entre o total de alterações observadas nas duas avaliações. O método de avaliação subjetiva mostrou-se o mais efetivo aos reais propósitos da avaliação fonoaudiológica da linguagem oral por considerar o seu uso real. A avaliação objetiva, embora apresente dados relevantes para o processo terapêutico, não deve ser realizada de forma isolada, sendo indicada, portanto, a sua realização de forma complementar à avaliação subjetiva para a conclusão do diagnóstico fonoaudiológico.

Palavras-chave: Linguagem. Avaliação. Álbum articulatório. Conversa espontânea.

Abstract: In a speech therapist clinic, the evaluation process is essential for the development of specific therapy to be adopted. Considering the two most frequent ways used for the evaluation of language: the objective evaluation (through picture naming, using articulatory album) and subjective evaluation (by the situation of spontaneous speech), this study aimed to investigate comparatively the effectiveness of two forms of oral language evaluation in children. In order to do so, we performed both types of assessment in 20 children, aged 4;1 to 7 boys and girls. Through objective evaluation, we detected the occurrence of 88 phonological processes altered between omissions and systematic or unsystematic substitutions, while, through the subjective evaluation, there was the occurrence of 45 processes changed among the same types of changes. It was identified, through nonparametric Mann-Whitney, a significant difference between the total changes observed in both evaluations. The subjective evaluation method proved to be more effective for

- 1 Fonoaudióloga clínica. Especializanda em Psicomotricidade Relacional (Ícone) e em Audiologia (Instituto de Desenvolvimento Educacional – IDE Cursos, Faculdade Redentor).
- 2 Fonoaudióloga. Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professora da Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO/UNESF).
- 3 Fonoaudióloga clínica. Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).
- 4 Fonoaudiólogo. Doutorando em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

the real purpose of the assessment of oral speech by considering the actual use. The objective assessment, although presenting more relevant data to the therapeutic process should not be performed in isolation, should be indicated since its realization works as a complement to the subjective evaluation for the conclusion of the phonoaudiological diagnosis.

Keywords: Language. Evaluation. Articulatory album. Spontaneous speech.

Introdução

Considerando a linguagem como instrumento da elaboração e compreensão do pensamento humano, sendo transmitida para outras pessoas através da fala, o fonoaudiólogo que trabalha nesta área busca facilitar a comunicação humana e, conseqüentemente, a interação social da criança.

Na clínica fonoaudiológica, uma das queixas mais frequentes é a de alteração da linguagem oral infantil. De acordo com Befi-Lopes (2003), o processo de avaliação e diagnóstico é o primeiro passo no atendimento de crianças com queixas de alteração de linguagem, sendo estas informações utilizadas para verificar se a criança em questão tem ou não uma alteração, e para conduzir o processo terapêutico dos distúrbios da linguagem.

Portanto, uma avaliação detalhada é essencial para a realização de um diagnóstico preciso e para a identificação da etiologia do distúrbio, além de facilitar o trabalho a ser executado, por estar o prognóstico terapêutico fundamentado na avaliação.

Ao avaliar, o profissional não deve desconsiderar a situação que o indivíduo está vivenciando e o contexto em que está inserido, tendo um conhecimento detalhado dos padrões de pronúncia da sua língua, bem como conhecer o desenvolvimento normal da linguagem. É necessário, também, investigar até que ponto o indivíduo está consciente de sua própria dificuldade.

As formas mais frequentemente utilizadas para avaliação da linguagem infantil são a avaliação objetiva (através do álbum articulatório) e subjetiva (em situação de fala espontânea).

A avaliação objetiva é um procedimento simples e rápido que se destina a diagnosticar os distúrbios de fala em crianças que necessitam de atendimento fonoaudiológico. Yavas, Hernandorena e Lamprecht (2001) esclarecem que o álbum articulatório (procedimento que representa a avaliação objetiva) é o meio através do qual se obtém uma amostra linguística pela técnica de nomeação, com o auxílio de desenhos e/ou figuras.

Nesse sentido, esta elicitación evita as repetições de uma mesma palavra e assegura a possibilidade de realização de todos os fones contrastivos da língua e

em todas as posições em relação à estrutura da sílaba e da palavra (inicial, medial e final). Mesmo nos casos de fala ininteligível, o terapeuta é capaz de reconhecer a palavra-alvo que a criança tentou emitir.

O fonoaudiólogo avalia a articulação correta de determinados fonemas em produção induzida de palavras diante de estímulos visuais e, nos casos em que for necessário, com repetição. Este é, de fato, o meio mais simples e rápido de obter uma amostra da produção linguística da criança; porém, como comprovado por Mota (1998), a produção linguística tende a ser melhorada quando a criança ou mesmo o adulto a faz por repetição, pois nesse caso ela está imitando um modelo que lhe foi apresentado.

A grande vantagem do álbum articulatório é a economia de tempo, tanto na sua coleta de dados como na sua transcrição e análise. Assegura, também, a possibilidade de realização de comparações exatas entre crianças, em virtude de as amostras incluírem os mesmos itens lexicais (YAVAS; HERNANDORENA; LAMPRECHT, 2001).

Algumas desvantagens com relação ao uso do álbum articulatório foram questionadas por profissionais de linguagem, entre elas, o fato de o álbum não considerar o contexto da criança, por ser um material fixo e estático que não avalia o uso real que as crianças fazem dessas palavras. Além disso, não considera o tipo de desenho empregado, pois estes nem sempre são adequados às crianças. Outra desvantagem apontada refere-se à repetição, pois esta não é confiável para obtenção de uma amostra linguística.

Já a avaliação subjetiva é um adequado meio para a obtenção de uma amostra linguística, além de apresentar o sistema fonológico próprio da criança sem a possibilidade do desvirtuamento da imitação e mostrar o fluxo da linguagem, isto é, a produção de fonemas, sílabas e palavras inseridas nas frases, propiciando a verificação das possíveis relações fonológicas entre as palavras (*idem*, 2001).

Em geral, resulta em uma amostra mais típica da fala das crianças, proporcionando uma descrição muito mais clara da linguagem que elas utilizam habitualmente e oferecendo uma descrição mais exata do nível real do desenvolvimento linguístico da criança.

Mota (2001) esclarece que, ao utilizar esse método para avaliar a linguagem oral de crianças pequenas, o terapeuta terá a possibilidade de observar a fala encadeada e os possíveis processos fonológicos, além da oportunidade de analisar ocorrências repetidas das mesmas palavras.

Diferentemente da avaliação objetiva, a situação de fala espontânea tem como requisito primário a interação terapeuta-paciente, devendo esta ser a mais

atrativa possível para a criança. É sugerido, então, que o terapeuta esteja na mesma situação física que a criança, assim como os materiais a serem utilizados.

Compete ao terapeuta valorizar os momentos em que a criança inicia a conversa ou faz comentários sobre os materiais. Estes devem ser selecionados com o objetivo de atender às características individuais das crianças, pois, segundo Acosta *et al.* (2003), os objetos provocam mais produção linguística do que os desenhos.

Entretanto, a situação de fala espontânea pode apresentar alguns problemas, entre eles, a não ocorrência de todos os fones contrastivos da língua e em todas as posições que podem ocupar na sílaba e na palavra, deixando a amostra incompleta. Isso pode ocorrer por simples acaso ou por evitação, pois crianças com dificuldades severas na fala podem evitar manter conversações e, dessa forma, tornar-se-á difícil a obtenção de uma amostra significativa, além da difícil compreensão nesses casos, já que o terapeuta não terá uma referência para conhecer a palavra-alvo que a criança tentou emitir.

A grande desvantagem apontada por Yavas, Hernandorena e Lamprecht (2001) a este método é que seriam necessárias algumas horas de gravação, dificultando a coleta de dados e a sua transcrição e análise.

Desta forma, o objetivo deste estudo foi investigar, comparativamente, os resultados dos procedimentos de avaliação de linguagem oral infantil sob as perspectivas objetiva e subjetiva, assim como identificar o melhor método a ser realizado na avaliação da linguagem infantil.

Método

Participaram do presente estudo 20 (vinte) crianças, de ambos os sexos, com idades de 4 anos e 1 mês a 7 anos de idade, que frequentam escolas regulares de ensino e cujos pais relatavam queixa de alteração na linguagem oral.

Estas crianças foram avaliadas na clínica-escola de Fonoaudiologia da Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO), em três consultórios particulares de Fonoaudiologia, em algumas residências e, ainda, no ambiente escolar dos sujeitos.

Inicialmente, foi realizada a avaliação da linguagem oral das crianças através do álbum articulatório contendo todos os fonemas da língua portuguesa em diferentes posições (inicial, medial e final), sendo solicitada à criança a nomeação de cada figura apresentada pelo pesquisador.

Em seguida, foi realizada a avaliação da linguagem em situação de fala espontânea, sendo utilizados materiais compatíveis com a idade da criança, como jogos

e brinquedos, procurando-se estabelecer uma interação a partir dos interesses manifestados pela criança.

Cada um dos dois procedimentos de avaliação foi realizado durante um tempo médio de 30 minutos e gravado em mídia digital, para posterior análise fonêmica.

Após a conclusão das avaliações, procedeu-se à análise qualitativa e quantitativa do material coletado. Foram realizadas, quando necessário, orientações aos pais e encaminhamento da criança para fonoterapia. Os resultados foram analisados em função de substituições e omissões fonêmicas, sistemáticas ou assistemáticas.

Em seguida, foi realizada a análise estatística, utilizando o teste não-paramétrico de *Mann-Whitney*, com 95% de confiança, além do *software* MINITAB 13.0.

Os pais das crianças participantes da pesquisa receberam, previamente, uma carta de informação sobre a mesma, bem como um termo de consentimento livre e esclarecido, a fim de autorizarem, por escrito, a participação de seus filhos no presente estudo. Foi ainda garantido total anonimato ao participante, que ficou livre para retirar o seu consentimento para participar do estudo a qualquer momento.

Resultados

De forma geral, obtiveram-se os seguintes resultados, com relação à quantidade de alterações fonológicas em função dos sujeitos participantes:

Tabela 1: Distribuição quantitativa e qualitativa das alterações fonológicas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa

SUJEITO	AVALIAÇÃO OBJETIVA					AVALIAÇÃO SUBJETIVA				
	SS	SA	OS	OA	TOTAL	SS	SA	OS	OA	TOTAL
1	0	7	0	2	9	1	0	0	0	1
2	2	1	2	0	5	2	0	2	1	5
3	0	2	0	1	3	0	3	0	0	3
4	1	7	0	0	8	2	1	0	0	3
5	0	0	2	0	2	0	0	0	2	2
6	2	0	0	0	2	2	0	0	0	2
7	1	0	2	0	3	0	0	0	2	2
8	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
9	0	2	0	1	3	1	0	0	0	1
10	0	3	0	1	4	0	1	0	1	2
11	2	1	0	0	3	1	1	0	0	2
12	0	9	1	0	10	0	2	0	0	2

13	1	1	1	1	4	0	2	0	2	4
14	1	0	2	0	3	0	1	0	1	2
15	1	1	0	1	3	1	1	0	1	3
16	3	9	1	1	14	0	1	0	1	2
17	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0
18	0	0	2	0	2	2	0	0	0	2
19	0	2	0	0	2	0	1	0	0	1
20	1	3	0	2	6	2	1	0	2	5
TOTAL:					88					45

Legenda: SS= Substituição Sistemática; SA= Substituição Assistemática; OS= Omissão Sistemática; OA= Omissão Assistemática

De acordo com a tabela acima, percebe-se que, através da avaliação objetiva, foi detectada a ocorrência de 88 processos alterados, entre omissões e substituições sistemáticas ou assistemáticas, enquanto que através da avaliação subjetiva foi verificada a ocorrência de 45 processos alterados, dentre os mesmos tipos acima citados.

O teste não-paramétrico de Mann Whitney apresentou p-valor < 0,05, ou seja, houve diferença significativa entre o total de alterações das avaliações objetivas e subjetivas.

Discussões

Na avaliação objetiva de alguns sujeitos foi percebida a dificuldade em nomear determinadas figuras em razão da difícil visualização das mesmas pelas crianças, levando o avaliador a falar o nome da figura para que os sujeitos repetissem. De acordo com Mota (2001), a principal desvantagem da repetição é que a produção da criança tende a melhorar quando recebe um modelo imediato do terapeuta, não representando, assim, suas reais condições fonológicas. A mesma opinião é compartilhada por Yavas, Hernandorena e Lamprecht (2001), que referem que a repetição não é fonte confiável para obtenção de uma amostra linguística por não refletir a realidade do inventário fonético da criança.

Outro aspecto a ser enfatizado é que algumas figuras contidas no álbum articulatório não faziam parte do contexto sócio-econômico-cultural das crianças. Como exemplo, ao solicitar que os sujeitos nomeassem *morango*, algumas crianças referiram nunca ter visto tal figura. Guedes (1998) relata que o fator nível sócio-cultural interfere na aquisição e desenvolvimento da fala, portanto, esse aspecto deve ser considerado ao se realizar a avaliação de linguagem da criança.

Já para Dauden e Junqueira (2002), a escolha do material para análise fonológica deverá estar contextualizada de acordo com as experiências da criança.

Estes aspectos levam à reflexão do quão descontextualizado é o álbum articulatório (por se tratar de um objeto de avaliação fixo e estático), que pode levar a falsos resultados, porque, a partir do momento em que a criança não emite determinadas palavras por não conseguir identificar a figura ou por ela não fazer parte do seu contexto familiar, não se pode considerar que ela não consiga emitir os fonemas presentes nos nomes daquelas figuras.

É preciso estar atento a estes fatores para que possam ser considerados no momento da avaliação. Nenhum objeto de avaliação deve ser fixo e estático, pois as pessoas são diferentes e cada uma delas traz uma realidade de vivência diferente. Portanto, tem-se que adequar a avaliação de linguagem ao contexto sócio-econômico-cultural que cada um destes sujeitos apresenta, a fim de se obter resultados condizentes com o que o sujeito realmente apresenta.

Durante a avaliação objetiva, um sujeito apresentou omissão do /r/ na posição inicial, e na avaliação através da situação de fala espontânea a omissão do /r/ aconteceu na posição medial, ambas de forma assistemática. Outro sujeito apresentou omissão sistemática do /r/ tanto na posição inicial como na medial, enquanto que na avaliação subjetiva essa omissão se deu apenas no /r/ medial. Esta omissão do /r/ na posição medial pode estar relacionada a uma dificuldade de pronunciar os encontros consonantais, já que eles exigem um maior planejamento por se tratarem de duas consoantes consecutivas, além de, entre estas consoantes, ter sempre uma consoante líquida, que é mais tardiamente adquirida, constituir um obstáculo adicional (YAVAS; HERNANDORENA; LAMPRECHT, 2001).

Jakubovicz (2002) compartilha a opinião de que os encontros consonantais são os sons mais complicados para serem emitidos pela criança. Desta maneira, o sujeito pode omitir o /r/ na posição medial para facilitar a sua emissão. Durante a avaliação objetiva, o fonema /r/ na posição medial ocorreu em mais de uma figura (carro, barco, sorvete), o que nos leva a refletir, mais uma vez, o quão atenta a criança está ao saber que está sendo avaliada, pois durante toda a situação de fala espontânea, onde esteve mais à vontade com os brinquedos, o sujeito não se preocupou em saber se estava sendo avaliado ou não e pronunciou as palavras da maneira que realmente as pronuncia no seu dia a dia. Nestes casos, segundo Lowe (1996), pode-se considerar uma amostra representativa de fala, já que reflete o uso típico que a criança faz dos sons da fala durante as suas atividades cotidianas.

De acordo com Spinelli, Massari e Trenche (1999), no caso de crianças muito pequenas, conseguem-se muito mais dados, através de situações lúdicas, em que brinquedos são apresentados sugerindo um contexto, deixando a criança brincar

livremente, motivando-a a conversar e criando situações que propiciem respostas desejadas. Para Acosta *et al.* (2003), objetos provocam mais produção linguística do que desenhos.

Mota (2001) refere que uma das características dos desvios fonológicos pode ser a substituição de uma série de alvos adultos, levando a uma perda múltipla de contrastes fonológicos, ou seja, a substituição de vários fonemas por um ou mais fonemas específicos, característica presente em seis dos sujeitos da pesquisa. Tudo leva a acreditar que essas substituições sejam uma compensação do sujeito para facilitar as suas emissões, pois, como referem Lowe (1996) e Bassetto e Natalini (2000), as omissões e substituições são uma alteração para facilitar a produção dos termos articulatórios. Spinelli, Massari e Trenche (1999) também afirmam que uma articulação mais difícil é substituída por uma mais fácil e essa substituição ocorre como resposta à dificuldade particular de determinadas crianças. Isto quer dizer que a criança substitui o fonema mais difícil, com relação ao planejamento e execução, por outros que sejam mais fáceis para sua produção.

A avaliação objetiva de um sujeito (17) revelou substituição e omissão fonêmica, enquanto que a avaliação subjetiva evidenciou apenas pausas, hesitações e repetições, caracterizando um quadro de disfluência fisiológica e nenhuma alteração articulatória. Neste caso, se considerada apenas a avaliação objetiva, dir-se-ia que a criança apresenta um distúrbio articulatório, apesar de apresentar características de gagueira, o que altera o seu diagnóstico fonoaudiológico e, conseqüentemente, a conduta terapêutica a ser tomada pelo profissional. Segundo Befi-Lopes (2003), as informações obtidas no processo de avaliação e diagnóstico são as utilizadas para verificar se a criança apresenta ou não uma alteração e, em caso afirmativo, estas informações nortearão o processo de reabilitação de sua linguagem. Torna-se, portanto, imprescindível um correto diagnóstico para adequada intervenção terapêutica.

Na análise dos dados obtidos na avaliação do sujeito 9 foram constatadas substituições na avaliação subjetiva e ausência de alterações na avaliação objetiva. É preciso ressaltar, no entanto, que, durante a avaliação objetiva, o sujeito solicitou que a avaliadora emitisse o nome de algumas figuras contidas no álbum, o que é comum, segundo Jiménez e Yo (1995), para que ela tenha um modelo de emissão.

Já a avaliação através da situação de fala espontânea proporcionou um momento prazeroso onde o sujeito não se sentiu coagido por estar sendo avaliado e, além de tudo, forneceu dados mais fidedignos sobre a sua emissão, pelo fato de a criança não estar preocupada em articular os fonemas de forma correta, e sim de interagir com as músicas e histórias que estavam sendo contadas. Lowe (1996) refere que os instrumentos para avaliação dirigida fornecem resultados suspeitos

por ignorar o contexto fonético e situacional da criança, enquanto que amostras de fala encadeada descrevem melhor os comportamentos articulatórios dos sujeitos.

Basseto e Natalini (2000) referem que todas as atividades que envolvem a expressão da criança são importantes para o desenvolvimento da fala e da linguagem. Desta forma, devem ser proporcionados momentos em que a criança fale, cante e conte histórias, além de outros em que o adulto lhe dê o modelo adequado, pois quanto mais oportunidades a criança tiver de entrar em contato com o adulto e de exercitar sua fala, mais rápido ela irá desenvolver sua produção oral.

Se fosse considerada apenas a avaliação objetiva, poder-se-ia obter falsos resultados e, conseqüentemente, direcionar o processo terapêutico por meios que não correspondem à realidade fonológica da criança.

Durante a avaliação objetiva de três sujeitos (4, 8 e 20), foram verificados processos de omissão e substituição assistemáticas, enquanto que na avaliação objetiva percebeu-se que estes processos ocorreram de forma sistemática. Isto pode ser explicado pela fluência da fala, já que na fala espontânea a criança apresenta um encadeamento maior, ou seja, maior fluência e, conseqüentemente, maior velocidade de fala. De acordo com Spinelli, Massari e Trenche (1999), embora o mecanismo fonatório esteja apto a produzir determinados sons, não o está para produzi-los em velocidade maior, o que exige mais precisão articulatória.

A avaliação objetiva de um sujeito revelou substituição sistemática do fonema /r/ → /l/, enquanto que a avaliação subjetiva mostrou omissão sistemática do mesmo fonema. De acordo com Spinelli, Massari e Trenche (1999), podem ocorrer nas situações de fala espontânea erros que desaparecem na prova de repetição, pois nesta a criança se apoia em um modelo fornecido pelo avaliador, enquanto que na fala espontânea, por não haver este suporte, há tendência a provocar a omissão do fonema. As mesmas autoras referem, ainda, que o fato de dado fonema ser produzido em determinado vocábulo e omitido ou distorcido em outro parece depender, fundamentalmente, da natureza acústica-articulatória do vocábulo em que ele ocorre.

Nos sujeitos 6 e 15, os resultados em ambas avaliações se mostraram semelhantes. Possivelmente os sujeitos não se sentiram coagidos por estarem sendo avaliados e, dessa forma, os erros se confirmaram, permitindo uma descrição clara da linguagem que a criança utiliza rotineiramente, pois a situação de fala espontânea permite essa descrição exata do nível real do desenvolvimento linguístico, ou seja, o tipo de linguagem que a criança utiliza habitualmente (JAKUBOVICZ, 2004).

Conclusões

- O quadro de aquisição fonêmica apresenta constituições distintas de acordo com os procedimentos de avaliação objetiva ou subjetiva utilizados.
- A diferença entre os resultados dos procedimentos objetivo e subjetivo sugere que a utilização de apenas um método de avaliação não é conclusivo no diagnóstico dos distúrbios de fala.
- A avaliação subjetiva mostrou-se mais adequada aos propósitos de avaliação de linguagem utilizados na prática fonoaudiológica, na medida em que considera o real uso que o indivíduo faz de sua linguagem no dia a dia.
- A realização de uma avaliação objetiva é necessária, pois em alguns sujeitos foi possibilitada a conclusão do diagnóstico fonoaudiológico após o confronto dos dois métodos de avaliação. Apesar de ser a avaliação subjetiva, em sua essência, mais adequada à avaliação de linguagem oral, devem ser considerados relevantes, também, os achados da avaliação objetiva, a fim de propiciar um correto planejamento terapêutico à criança com distúrbios de fala.
- O método de avaliar é importante, mas o avaliador deve ter, fundamentalmente, uma visão holística e não segmentada da criança, pois, desta maneira, a terapia terá maiores possibilidades de levar a resultados mais fidedignos.

Referências

ACOSTA, V. M. *et al.* (Org.) **Avaliação da linguagem**: teoria e prática do processo de avaliação do comportamento linguístico infantil. São Paulo: Santos, 2003.

BASSETTO, A. O.; NATALINI, V. Distúrbio articulatorio. *In*: SACALOSKI, M.; GUERRA, G. R. **Fonoaudiologia na escola**. São Paulo: Lovise, 2000. p. 107-115.

BEFI-LOPES, D. M. Alterações do desenvolvimento da linguagem: princípios de avaliação, diagnóstico e intervenção. *In*: LIMONGI, S. C. O. **Fonoaudiologia – informação para a formação**: procedimentos terapêuticos em linguagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. p. 1-12.

DAUDEN, A. T. B. C.; JUNQUEIRA, P. Aspectos atuais em terapia fonoaudiológica. *In*: LAUERMANN, A. F. R. **Desvios fonológicos em crianças**: avaliação e tratamento. Rio de Janeiro: Pancast, 2002. p. 62-73.

GUEDES, Z. C. F. Atenção preventiva em distúrbio articulatório. *In: ENCONTRO NACIONAL DE FONOAUDIOLOGIA SOCIAL E PREVENTIVA*. São Paulo, 1998. **Anais...** 1998.

JAKUBOVICZ, R. **Atraso de linguagem**: diagnóstico pela média dos valores da frase (MVF). Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

_____. **Avaliação em voz, fala e linguagem**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

JIMÉNEZ, J. R.; YO, P. Dislalia. *In: PERELLÓ, J. Transtornos da fala*. Rio de Janeiro: Medsi, 1995. p. 237-90.

LOWE, J. R. **Fonologia**: avaliação e intervenção – aplicações na patologia da fala. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MOTA, H. B. Avaliação do conhecimento fonológico produtivo de crianças com desordens fonológicas. *In: MARCHESAN, I. Q.; ZORZI, J. L.; GOMES, I. C. D. Tópicos em Fonoaudiologia*. São Paulo: Lovise, 1998, v. 4, p. 369-381.

_____. **Terapia fonoaudiológica para os desvios fonológicos**. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

SPINELLI, V. P.; MASSARI, I. C.; TRENCH, M. C. B. Distúrbios articulatórios. *In: FERREIRA, L. P. et al. (Org.) Temas de Fonoaudiologia*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

YAVAS, M.; HERNANDORENA, C. L. M.; LAMPRECHT, R. R. **Avaliação fonológica da criança**: reeducação e terapia. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 2001.

Recebido em: 07/04/2014
Aprovado em: 10/04/2014

Para referenciar este texto:

BOUDOUX, Morgana C. de Albuquerque *et al.* A linguagem oral infantil sob diferentes paradigmas de avaliação: o álbum articulatório e a conversa espontânea. **Lumen**, v. 22, n. 2, p. 9-19, jul/dez. 2013.